

**Conjuntura** Remuneração paga pela indústria brasileira supera em dez vezes a da Índia e em quatro a da China

# Salário no Brasil é o 16º menor entre 49 países

João Villaverde  
De São Paulo

Um indiano que trabalha na indústria manufatureira recebe, contando salário e benefícios complementares, o equivalente a US\$ 0,58 por hora. Na China, recebe um pouco mais que o dobro — US\$ 1,38 por hora trabalhada. Na indústria, entre outros emergentes, os russos e os mexicanos embolsam US\$ 2,92 por hora trabalhada. O Brasil, por outro lado, está próximo da Polônia — US\$ 5,96 e US\$ 6,25, respectivamente. Essa condição de salários e encargos sociais mais elevados, no entanto, não está combinada à facilidade de contratar e demitir, ou à possibilidade de alterar a jornada de trabalho. Num grupo de 183 países, o Brasil ocupa a 151ª posição no quesito rigidez do emprego na indústria.

Esses dados fazem parte do amplo levantamento realizado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), que será divulgado hoje durante congresso que a entidade organiza em São Paulo para cerca de 2 mil empresários e integrantes da equipe do novo governo — o ministro da Fazenda, Guido Mantega, está confirmado. Obtido pelo **Valor**, o estudo relaciona as condições de acesso e custo do capital e da mão de obra na indústria em diferentes países.

“A combinação entre custos elevados para contratação e manutenção de pessoal e enorme rigidez nos contratos, que não são flexíveis, coloca o Brasil em uma situação complexa para ampliação de pessoal”, diz José Augusto Fernandes, diretor-executivo da CNI.

Enquanto na Austrália os emp-

rários da indústria recebem US\$ 30 por hora trabalhada, o que coloca o país na 39ª posição dentre 49 relacionados nessa categoria, os australianos lideram 183 países quando o quesito é rigidez do emprego. Fernandes explica que países como Austrália contam com “flexibilidade trabalhista setorial”, isto é, contratos de trabalho específicos para o setor de serviços, comércio e indústria. “No Brasil a situação é a mesma para uma companhia intensiva em capital e para uma micro empresa de cinco funcionários”, critica Fernandes.

Para David Kupfer, coordenador do Grupo de Indústria e Competitividade da UFRJ, a valorização da taxa de câmbio é “central” para entender a comparação entre os custos com os países, além, é claro, dos encargos trabalhistas e sociais de cada nação. Como a taxa de câmbio brasileiro foi uma das que mais se valorizaram no mundo, desde o início da recuperação global, a partir do segundo trimestre de 2009, os preços relativos aumentaram.

Em parte, avalia Kupfer, as conquistas salariais em setores mais tradicionais da indústria, como metalúrgicos e petroleiros, refletem, ainda, a recomposição do que foi “perdido” nos anos 1990, quando os reajustes seguiam apenas a inflação. “Os custos estão pressionados não porque os salários estão em alta, mas porque as condições gerais não melhoram, como o câmbio, que continua se valorizando, os gastos com energia e infraestrutura e condições de financiamento e taxas de juros elevadíssimas.”

O Brasil ocupa a última posição

dentre os 54 países levantados pela CNI no critério taxa de juros real de curto prazo, que corresponde à taxa de operações de crédito do Banco Central. Enquanto nos países que fazem parte do acrônimo Bric ao lado do Brasil — Rússia, Índia e China — os juros reais de curto prazo estão negativos, diante de uma combinação entre taxas baixas e inflação elevada, no Brasil os juros estão em 14% ao ano. Além disso, o país ocupa a penúltima colocação no ranking de 129 países no quesito spread entre as taxas de juros captadas e cobradas pelo sistema bancário — 35,6%. Na China, 25ª colocada, o spread é de 3,1%.

Parte disso é compensado pelo mercado de capitais, que no Brasil é mais sofisticado que na China e Rússia, por exemplo, onde a maior parte das ações negociadas referem-se às estatais. Nesse quesito, segundo levantamento da CNI, o Brasil ocupa uma posição intermediária — 61º lugar entre 133 países levantados.

“Um dos maiores desafios do novo governo está em solucionar essa questão dos juros elevados, que impactam toda a atividade produtiva”, diz Fernandes, da CNI, para quem pequenas reformas, como a aprovação do cadastro positivo pelo Congresso e o fim da indexação residual na economia, permitiram ao Estado ser mais “firme” na redução dos juros.

O maior perigo, avalia Kupfer, está na “perenização” das atuais condições de financiamento e operação, para a indústria. “Se o governo sinalizar que vai reverter a valorização do câmbio e reduzir as taxas de juros, ainda que

de maneira gradual, o empresário pode segurar mais tempo com custos elevados de mão de obra e empréstimos caros, mas se a indústria sentir que não há escapatória, pode parar de produzir”, raciocina Kupfer. Para ele, o segmento industrial que atualmente “sobrevive melhor” é aquele ligado à baixa intensidade tecnológica. “Aquele intensivo em capital e mão de obra, especialmente o tradicional, como calçados e têxteis, está sofrendo muito”, diz Kupfer.

Nas pesquisas internas que produz com segmentos industriais associados, o diretor-executivo da CNI avalia que os empresários estão “muito otimistas” quanto à capacidade do governo em reverter às condições “péssimas” para o investimento. “Resta saber se de fato será feito”, diz Fernandes.

## Perdendo feio

Levantamento da CNI sobre disponibilidade e custo do capital e da mão de obra em diferentes países

### Taxa de juros real de curto prazo

	Valor	Posição no total de 54 países
China	-2,94	10º
Coreia	-2,82	12º
Rússia	-2,80	13º
Índia	-1,85	16º
Chile	-0,42	26º
Espanha	-0,23	28º
África do Sul	-0,09	29º
Canadá	0,82	36º
Polônia	1,49	41º
Argentina	1,82	44º
Austrália	2,22	47º
México	3,33	50º
Colômbia	4,22	52º
Brasil	14,06	54º

### Financiamento no mercado de ações local

	Valor	Posição no total de 133 países
Índia	5,0	3º
África do Sul	4,9	4º
Chile	4,7	14º
Canadá	4,7	17º
Austrália	4,6	27º
Coreia	4,3	38º
Brasil	4,2	44º
Polônia	4,0	61º
China	3,9	66º
Espanha	3,8	70º
Colômbia	3,6	77º
México	3,3	88º
Rússia	3,1	96º
Argentina	2,7	113º

### Remuneração na indústria manufatureira\*

	Valor	Posição no total de 49 países
Índia	0,58	1º
China	1,38	3º
México	2,92	7º
Rússia	2,93	8º
Brasil	5,96	16º
Polônia	6,25	17º
África do Sul	7,39	20º
Coreia	16,02	28º
Espanha	20,94	32º
Canadá	28,89	36º
Austrália	30,09	39º

### Rigidez do emprego\*\*

	Valor	Posição no total de 183 países
Austrália	0	1º
Canadá	4	10º
Colômbia	10	28º
Chile	18	64º
Argentina	21	76º
Polônia	25	94º
Índia	30	108º
China	31	109º
África do Sul	35	120º
Coreia	38	127º
Rússia	38	129º
México	41	142º
Brasil	46	151º
Espanha	49	157º

Fontes: U.S. Department of Labor, Bureau of Labor Statistics; fontes nacionais, elaboração: CNI.

\* Remuneração total do trabalhador por hora de trabalho (salários mais benefícios complementares) - em US\$; \*\*

Índice de 1-100, que corresponde a uma média de três índices referentes à rigidez da jornada de trabalho e à dificuldade de contratar e de demitir um empregado

ÍNDICE MÍNIMO DE NACIONALIZAÇÃO PODE  
AJUDAR EMPRESAS BRASILEIRAS NA DISPUTA  
COM ESTRANGEIRAS POR ENCOMENDAS



# O desafio do pré-sal

## PESO DA CARGA TRIBUTÁRIA E CÂMBIO APRECIADO REDUZEM COMPETITIVIDADE DE FORNECEDORES BRASILEIROS FRENTE À CONCORRÊNCIA ESTRANGEIRA

CARLOS VASCONCELLOS, DO RIO DE JANEIRO



**C**inquenta bilhões de barris de petróleo enterrados sob a camada de sal no subsolo marinho têm despertado a imaginação, assim como os planos, de diversos fornecedores brasileiros de equipamentos e serviços. Os empresários do setor veem na exploração da megareserva uma possibilidade de desenvolvimento sem precedentes na história da indústria petrolífera no país. Estima-se que a estrutura para exploração desse óleo possa gerar até US\$ 400 bilhões em encomendas, nos próximos dez anos. O governo, por meio da Petrobras, pretende garantir um piso mínimo de conteúdo local das encomendas, o que tem despertado o apetite do setor.

“Foi a melhor coisa que poderia acontecer para a indústria brasileira”, diz André Lincoln, diretor da IWC Engenharia, empresa especializada em montagem de equipamentos e estruturas metálicas. Os defensores da garantia de um percentual de conteúdo local afirmam se tratar da melhor opção entre dois modelos seguidos anteriormente por países produtores de petróleo: queimar a riqueza sem criar uma indústria forte, como ocorreu na Venezuela, ou aproveitar a chance para desenvolver empresas e tecnologia nacionais, modelo seguido pela Noruega.

O objetivo é nobre, mas, no pré-sal, os desafios técnicos não serão poucos nem pequenos. Para alcançar reservas enterradas a até 7 mil metros de profundidade, será preciso mais tecnologia, assim como mão de obra especializada – por enquanto, a indústria brasileira não parece ter fôlego para descer tão fundo. Recente pesquisa realizada pela Organização Nacional da Indústria do Petróleo (Onip) aponta que, atualmente, 40% dos itens necessários à exploração do pré-sal – e que equivalem a 50% do valor das encomendas – não contam com um único fornecedor nacional.

Apesar do longo caminho a ser trilhado, o superintendente da Onip, Bruno Musso, vê razões para otimismo. “Em primeiro lugar, a própria dimensão da reserva do pré-sal. Em segundo, o fato de termos uma cadeia de fornecedores estabelecida. Além disso, há recursos para financiar o projeto, e nosso mercado tem potencial de atração imenso para investimentos estrangeiros”, avalia Musso. “O que se vê é uma tremenda chance de crescimento para a indústria brasileira”, diz. Oportunidade que dependerá de um esforço conjunto do setor público e do setor privado, ressalta o superintendente da Onip. “Das empresas, vamos precisar

de mais produtividade e investimento tecnológico, e do setor público, de uma política industrial consistente.”

O principal esforço do governo brasileiro nesse sentido é o Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural, o Prominp. Criado em 2003 e gerenciado pela Petrobras, o programa pretende estimular a capacitação tecnológica das empresas, a formação de mão de obra (outro gargalo fundamental da economia brasileira) e a sustentabilidade da cadeia produtiva. Os resultados, segundo a estatal, já estão aparecendo. De acordo com a Petrobras, até o ano passado, o programa conseguiu elevar de 57% para 75% o conteúdo nacional dos projetos de investimento. Nesse período, os investimentos saltaram de US\$ 6 bilhões ao ano para US\$ 32 bilhões, o que, segundo o Prominp, representou a colocação adicional de US\$ 17,8 bilhões em encomendas no mercado nacional e a geração de 775 mil empregos.

“Viabilizar a indústria nacional do petróleo é muito mais do que contratar um estaleiro nacional”, diz Carlos Ferraz, gerente de Finanças da Petrobras. “O Prominp criou um canal com o mercado, que permite às indústrias se preparar para atender à demanda futura”, diz. Segundo ele, há uma razão estratégica para estimular a cadeia produtiva local. “Oitenta e cinco por cento da receita da Petrobras vêm do mercado doméstico. Ampliar e fortalecer esse mercado, portanto, é garantir o lucro da companhia no futuro”, justifica.

Só que capacitar a indústria brasileira e corrigir as distorções que atrapalham a exploração do pré-sal são tarefas que estão além do alcance de um único programa, por melhor que seja. O estudo da Onip aponta 65 ações, em dez áreas, que deveriam ser tomadas pelo governo brasileiro para que o fortalecimento da indústria local saia do papel. Medidas que abrangem de maior estímulo à capacitação até a correção de desequilíbrios macroeconômicos.

Entre as tarefas desse longo dever de casa está a de recuperar a capacidade de iniciativa do país em áreas fundamentais, como a de

engenharia. Musso defende também uma mudança na partilha dos recursos destinados ao financiamento de pesquisas. “Parte dos recursos deveria ser canalizada para as empresas, e não para as universidades”, argumenta. “Isso tornaria a pesquisa mais orientada aos desafios específicos do mercado.” Para ter mais conteúdo nacional no pré-sal, ele sugere também atrair mais empresas estrangeiras, que atendam encomendas que a indústria nacional ainda não consegue suprir. “De preferência, em parceria com empresas locais, para haver troca e absorção de conhecimento”, ressalta.

Os mecanismos de incentivo e aferição do conteúdo nacional também deveriam ser revistos, na opinião do superintendente da Onip. “Hoje, o processo de aferição do conteúdo nacional envolve um alto custo, que prejudica o fornecedor brasileiro”, critica. Além disso, os contratos penalizam os fornecedores que não cumprem a meta mínima de conteúdo brasileiro em suas encomendas. “Por que não fazer o contrário, premiando quem usar mais conteúdo local?”, propõe Musso.

Mecanismos de incentivo à parte, há também alguns problemas endêmicos da economia brasileira no caminho entre as indústrias nacionais e o pré-sal. Juros altos, o peso dos tributos e o câmbio apreciado são pedras nessa estrada entre o modelo da Venezuela e o da Noruega. “O governo federal tem feito alguns esforços de redução da carga tributária, mas temos de avançar muito no nível de impostos estaduais”, observa Musso.

Mas o problema não se limita apenas ao volume de impostos. “Em alguns segmentos, a produção local é tributada, enquanto os mesmos equipamentos podem entrar no país



CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO SÃO FUNDAMENTAIS PARA A EXTRAÇÃO DE PETRÓLEO EM GRANDES PROFUNDIDADES

## Especialistas avaliam que políticas de estímulo ao setor podem criar distorções indesejadas

sob regime especial de importação, sem pagar tributos”, aponta Musso. A saída seria desonerar a produção nacional para que as empresas brasileiras possam competir, em pé de igualdade, com as estrangeiras. “O risco é tentarmos chegar a essa igualdade elevando o imposto de importação, o que seria um erro”, acrescenta.

Os custos financeiros no Brasil, que ainda tem uma das taxas de juros reais mais altas do mundo, também são apontados como entraves à entrada dos fornecedores nacionais na cadeia do pré-sal. Para tentar desatar esse nó, a Petrobras lançou o Progridir, plataforma de financiamento a fornecedores, em parceria com o BNDES e seis dos maiores bancos do país (Banco do Brasil, Itaú, Bradesco, Caixa Econômica Federal, Santander e HSBC).

O primeiro contrato de crédito já foi fechado, e a expectativa é a de que o programa esteja funcionando plenamente em fevereiro. “O *spread* nesse tipo de financiamento pode cair em até 20%, na avaliação dos bancos”, aponta Ferraz, da Petrobras. O programa – que surgiu como uma demanda da Diretoria Financeira da estatal para viabilizar a fabricação de sondas no país – usa como lastro os recebíveis não performados dos contratos de fornecimento da cadeia produtiva. Ou seja, os empréstimos são garantidos pelo valor das encomendas a receber. O valor do empréstimo é limitado à metade do contrato total, para evitar a criação de bolhas de crédito e garantir a liquidez da cadeia de fornecedores. “Além disso, a ideia é que cada contrato seja validado pelo contratante antes de chegar ao banco, para termos segurança nas informações, o que também ajuda a reduzir o risco”, diz Ferraz, acrescentando que o programa estimula a concorrência entre os bancos para estimular a queda dos juros.

### CRÍTICAS

Apesar da iniciativa, alguns economistas acreditam que os persistentes desequilíbrios no cenário brasileiro podem prejudicar o sucesso da política industrial aplicada ao setor de petróleo. Para o economista Reinaldo Gonçalves, da Faculdade de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), o desalinhamento macroeconômico distorce



a formação de preços no setor. “Uma crise internacional que provoque uma explosão no câmbio, por exemplo, pode derrubar as empresas fornecedoras, que, por sua vez, não cumpririam os contratos”, alerta.

Adriano Pires, diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura, critica a exploração política dos assuntos envolvendo o pré-sal – do modelo de exploração à política industrial. “Espero que o bom senso volte a imperar, e o pré-sal seja retirado de uma vez do palanque eleitoral”, afirma. Segundo o especialista na área de energia, privilegiar as indústrias brasileiras com políticas específicas de estímulo envolve o risco de criação de uma reserva de mercado ineficiente e cara.

“Como nos tempos da Lei de Informatização, nos anos 1970 e 1980”, observa.

Pires avalia que a obrigatoriedade de conteúdo nacional nas encomendas pode levar os fornecedores a ditar o ritmo de exploração do pré-sal, enfraquecendo a posição da Petrobras. “Se a produção se atrasar por causa disso, o prejuízo será imenso. Estamos falando de centenas de milhares de barris diários. E prejuízo não é só o que você perde, mas também o que você deixa de ganhar.” Para Carlos Ferraz, da Petrobras, a empresa não corre o risco de ficar a reboque de fornecedores,

sacrificando sua competitividade. “A Petrobras quer impulsionar a cadeia de fornecedores locais, mas não vamos fazer isso a qualquer preço”, afirma.

“A Petrobras já sofreu com atrasos em encomendas no exterior e com problemas de qualidade também”, contrapõe André Lincoln, diretor da IWC Engenharia. “A P-37, importada de Cingapura, ficou cinco meses parada para sofrer adaptações, e a P-36 chegou ao país sem estar concluída”, observa. “Além disso, as empresas instaladas no Brasil são fiscalizadas de perto e com muito mais rigor do que as estrangeiras, o que, no fim, representa mais um custo para as empresas locais”, acrescenta Lincoln. ■

**40%**  
dos componentes  
essenciais à  
exploração do  
pré-sal não têm  
produção no país